

Reprodução/montagem

Dor de barriga: da liberdade de escolha à saúde pública

Relatos de abortos clandestinos e a reflexão da negligência estatal

Luanda Moraes

Aos 19 anos, recém-solteira e livre de uma relação desgastante, Yasmin descobriu estar grávida. Fruto do antigo relacionamento, a jovem percebeu haver algo de errado ao contar o atraso de um mês da menstruação.

Teste de gravidez comprado, a ilustração de dois palitinhos indicaria uma mudança brusca em sua vida.

Faltando pouco para completar três meses de gestação, Yasmin recorreu a amigos próximos para ter acesso ao misoprostol. Sem o amparo do ex-companheiro, o medicamento de venda restrita serviria para a jovem decidir seu futuro.

Num dia qualquer de 2018, Yasmin aproveitou a ausência dos familiares para colocar seu plano em ação. Sozinha, ela introduziu o medicamento no colo do útero e tentou se preparar para as horas que viriam a frente.

‘Muito sangue!’, essa é a primeira recordação que vem à mente de Yasmin.

Com o auxílio do popular ‘cytotec’, a jovem decidiu por interromper a gestação. O pequeno feto expelido na privada confirmaria a decisão dela em optar por não ser mãe naquele momento.

‘Alívio’, foi a primeira sensação que a jovem relata ter sentido. Apesar das dores quase insuportáveis, o fato de não ter que se preocupar com uma gravidez indesejada e não planejada amparava a jovem naquele cenário desesperador.

A vontade de Yasmin foi concretizada, mas o pior ainda estava por vir. Dores e mais dores, e muito sangue, muito mesmo.

No dia seguinte do procedimento, a jovem precisou correr ao hospital. Com medo de ainda haver resquícios da medicação, ela evitou ao máximo ter que ir ao posto médico com medo de ter que lidar com o julgamento. Mas uma condição de saúde a obrigava tal feito. Yasmin, desde pequena, lida com uma deficiência: seu corpo não absorve ferro, sendo assim, é considerada anêmica.

O método abortivo realizado a fez perder muito sangue, algo que para a condição da jovem é extremamente problemático.

Completamente debilitada, ela chegou ao hospital e precisou ser internada. Por conta da deficiência de ferro, Yasmin quase necessitou de transfusão de sangue. A internação, que deveria ser breve, a fez ficar em estado de observação médica por uma semana.

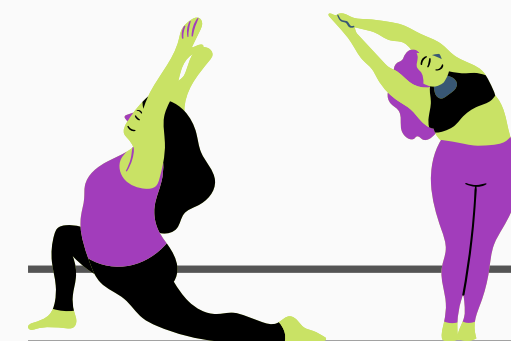
“Como eu fiquei com medo de ir para o hospital, quase desmaiei na minha casa. Foi horrível! Eu só fui ao hospital no dia seguinte. Estava com medo de ter algum resquício do remédio na minha vagina e sair presa, porque aqui no Brasil o aborto é crime”.

Embora não se arrependa, Yasmin confessa que o procedimento caseiro lhe deixou sequelas físicas. Emocionais? Nem tanto, a jovem diz ter sido a melhor decisão. No entanto, ela, que amava praticar yoga e exercícios físicos, teve que suspender as atividades por um longo período até que o corpo se recuperasse do trauma.

“Tive que ficar muito tempo sem praticar esporte. A anemia dá muita sensação de desmaio, né? A gente fica muito fraca. E até hoje sinto que eu não voltei totalmente, meus glóbulos vermelhos ainda estão abaixo da média”.

Durante a internação, Yasmin pode contar com profissionais da saúde que souberam ampará-la, sem que o julgamento interferisse no atendimento médico.

“Uma das enfermeiras suspeitou, mas eu não disse [que abortei]. Me trataram bem, graças a Deus! A enfermeira que cuidou de mim era um amor”.





Reprodução

Com sorte, Yasmin não precisou lidar com profissionais despreparados. Mas, no Brasil, não são todos que contam com esse tratamento...

Segundo a médica residente Camila Beretta, que dedica parte dos estudos para analisar o comportamento de profissionais ginecologistas e obstetras no Brasil, em muitos casos, pacientes que passaram pelo aborto clandestino malsucedido enfrentam uma postura discriminatória de profissionais da área da saúde ao chegar no hospital.

“O caso do aborto é um assunto polêmico na medicina também”, garante a médica, analisando que as opiniões sobre o tema não são homogêneas e unânimes na classe profissional.

Apesar dos relatos de discriminação e julgamentos por parte dos trabalhadores da área da saúde, ela aponta que esse não é um posicionamento ético esperado de um médico.

“O médico não está na posição de julgamento, está numa posição de entender e pensar nas questões fisiológicas para ver como a mulher vai se recuperar daquilo. O aborto é traumático, é uma coisa invasiva e o médico não tem que colaborar para isso”.

Dra. Camila também chama a atenção para a necessidade de um atendimento humanizado por parte dos profissionais.

“Existem milhões de processos hormonais e psicológicos envolvidos numa gravidez, o corpo da mulher se prepara para gestar. A mulher, ela tem que ser muito racional para tomar essa atitude, por mais que as pessoas julguem, a maioria tem seu motivo”.

No caso de Yasmin, um dos medos relatados pela jovem, é de que algum profissional poderia denunciá-la por uma tentativa de aborto, procedimento juridicamente ilegal no Brasil.

Segundo a médica, não cabe ao profissional que irá atender a paciente tomar para si o papel de denunciante, até porque, além da denúncia se basear numa suposição, o profissional estaria quebrando o direito de sigilo médico da paciente.

“A questão do julgamento deve ficar com o pessoal do direito. Então não, o médico não deve relatar [o aborto] às autoridades. Caso faça, ele estará infringindo o Código de Ética Médica. Cabe a ele também a preservação da imagem social daquela mulher, que pode sofrer represália”.

Segundo dados do Sistema Único de Saúde (SUS), no primeiro semestre de 2020, o número de mulheres atendidas por um aborto malsucedido – seja ele provocado ou espontâneo – foi 79 vezes maior que as interrupções previstas pela lei.

O levantamento realizado pelo G1 ilustra a sombra do aborto clandestino no Brasil. No período analisado, foram registrados 80.948 curetagens e aspirações realizadas pelo SUS, procedimentos necessários em casos de um aborto incompleto.

A curetagem ou a aspiração se fazem indispensáveis para a limpeza do útero após uma tentativa de aborto malsucedida. Embora estejam incluídos no número, os abortos espontâneos não necessitam desses procedimentos na maioria das vezes, já que o corpo consegue expelir por completo o embrião.

Negra, menor de idade, baixa escolaridade e moradora de periferia: esse é o perfil da vítima do aborto no Brasil.

A pesquisa ‘Aborto no Brasil: o que dizem os dados oficiais?’ analisa, durante o intervalo de 2006 a 2015, dados do SUS em que é possível traçar uma estimativa das vítimas de abortos realizados de forma insegura no país.

Através dos óbitos por aborto e internações por complicações de aborto, os pesquisadores conseguiram concluir que mulheres negras e periféricas se enquadram no grupo de vulneráveis.

O aborto existe, mas não é ele que mata, e sim, a clandestinidade.



Reprodução

Em 2020, o mundo se viu paralisado com a pandemia que atingiu milhões de pessoas e mudou completamente o modo de viver da sociedade.

Naquele mesmo ano, Flora passaria por um dos maiores desafios de sua vida. O mundo dela também mudaria completamente.

Um ano antes, a relação de Flora com a mãe teria atingido um ponto em que ela se viu obrigada a se afastar da convivência materna. Por isso, ela passou a morar com o namorado, que na época, morava com a mãe e a irmã.

Na pandemia, o constante contato com a produção de notícias sobre o vírus – até então pouco conhecido – e a instabilidade

emocional ampliada pelas crises de transtorno bipolar, a fizeram pensar que o corpo estaria somatizando fisicamente um caso de estresse.

Náuseas, seios inchados e o medo enraizado desde a infância acenderam um alerta na cabeça da jovem. O atraso incomum da menstruação viria para fomentar a suspeita.

Preocupada, Flora se apressou para realizar um teste de gravidez. Um não, vários, e dentre os vários negativos, uma linha fina a deixaria sem chão.

“A chance de um falso positivo é muito rara”, diz ela recordando o passado.

Para ter certeza, Flora teve que bolar um plano que justificasse sua saída durante o período em que ninguém saía. Ela precisava fazer um exame de sangue para que não houvesse erro de interpretação.

No beta HCG, os hormônios indicariam que a gravidez estava no estágio inicial. Era questão de dias. Isso explicava a linha fraca e os testes negativos.

“Foi uma decisão muito fácil, difícil foi como fazer”

Henrique, namorado de Flora, a acompanhou em todos os momentos. Já decidida a não continuar a gestação e com o resultado da gravidez, ela o questionou – Você quer ter? – ele respondeu – Eu quero, mas não quero ter agora – continuou – e se você não quer, eu não tenho que querer, porque o corpo é seu.

Comprometidos com a decisão conjunta, Flora e Henrique se movimentaram para resolver a situação.

O primeiro passo da jovem foi entrar em grupos do Facebook para conseguir algum contato que a auxiliasse. Nesse momento, ela percebeu que não seria fácil e precisaria renunciar outros planos para dar continuidade à decisão.

A primeira oferta já escancarou como funciona o mercado do aborto clandestino. “Mil e poucos reais”, anunciavam na rede social.

Além de estar pagando dívidas, Flora e Henrique se planejavam para deixar a casa da mãe dele em busca de um aluguel, onde poderiam viver com mais privacidade a vida a dois.

“Eu estava muito desesperada porque eu não tinha nada, não tinha como pagar”.

Indicado por uma colega, Flora conseguiu agendar uma consulta com um médico que poderia resolver seu problema.

“Ele foi super atencioso comigo, era um médico senhorzinho. Ele conversou comigo, não me julgou, o atendimento dele foi muito bom, foi realmente muito humanizado”.

Vem, então, o baque do mercado clandestino novamente. Flora descobriria que a consulta humanizada custaria caro, R\$ 500 que ela teria que dar um jeito de pagar.

“Tive que fazer um bem bolado para conseguir pagar esse cara, porque não aceitava cartão, não aceitava nada”

Além disso, o procedimento que resolveria o problema dela sairia por R\$ 3 mil. Sem condições financeiras para realizar o aborto com o médico que atende num prédio comercial de São Paulo, Flora e Henrique tiveram que partir para o plano B.

Ao contatar uma amiga distante ligada a movimentos feministas, o casal conseguiu o auxílio de uma rede ilegal que os forneceu o misoprostol, o cytotec. Dividido entre os dois, o casal pagou cerca de R\$ 900 pela pílula abortiva. Neste valor, R\$ 100 seriam para um ‘seguro’ caso a jovem necessitasse de mais comprimidos.

O contato com essa rede de auxílio ao aborto era feito por códigos. ‘Dor de barriga’, eles diziam.

“Me impressionou porque foi muito profissional, assim que eu cheguei já percebi que se fala muito por códigos quando você quer abortar. Quando procura alguém, você tem que falar que você está com uma dor de barriga”

Após adquirir o medicamento, Flora foi recomendada esperar completar um mês de gestação para realizar o procedimento. As chances de ser efetivo eram maiores.

Como ela descobriu a gravidez bem cedo, durante esse período de espera ela contou com o acompanhamento da rede clandestina.

Chegado o dia do procedimento, Flora e Henrique se planejaram para nada dar errado, não levantar suspeitas da mãe e da irmã e, principalmente, não precisar ir ao hospital. Estavam no auge da pandemia.

Assim como Yasmin do relato anterior, Flora passou por muita dor. Sentia que a estavam rasgando por dentro. Não podia tomar analgésicos. Precisava dar um fim naquilo.

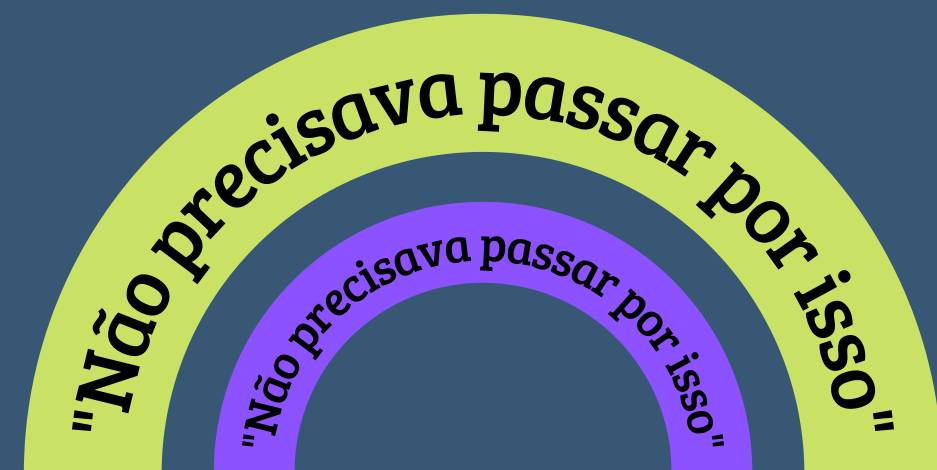
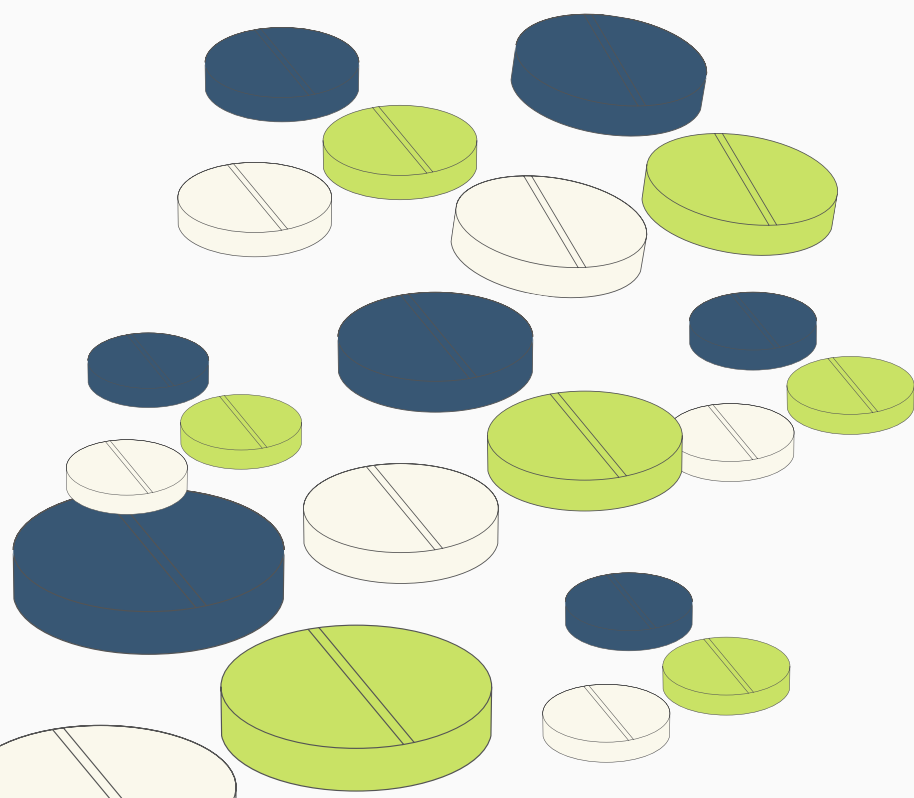
Durante todo o procedimento, ela e Henrique estiveram com o auxílio a distância do grupo de apoio. Chegou um momento em que a dor já não era suportável. A exaustão do corpo fez com que Flora, por um breve momento, apagasse.

“Foi muito desesperador! O Henrique, ele falou logo depois [que eu acordei] ‘Eu fiquei com muito medo de perder você’. Ele falou que estava com muito medo de eu morrer”.

Agachada no banheiro, Flora viu uma bolinha branca ser expulsa do corpo, e com ela, muito sangue.

“Desde o momento que a menina que estava me ajudando virou para mim e falou ‘acho que você não está mais grávida’ porque eu mandei foto do embrião [...] eu chorava. Chorava de dor, mas mesmo chorando de dor eu estava aliviada. No momento em que ela falou, eu comecei a chorar de alívio”.

“Eu não me arrependo nem um pouco, porque, de verdade, não tinha como cuidar de uma criança, não tenho como fazer isso até hoje, tanto psicologicamente como financeiramente. Acredito que foi uma das decisões mais certas que eu tomei na minha vida e eu também não acho que foi uma decisão difícil. Foi uma decisão muito fácil, difícil foi como fazer, mas a decisão por si só, foi na hora que eu vi os dois pauzinhos”.



Diferente de Yasmin, Flora não precisou ir ao hospital, que enfrentava as superlotações por covid-19. No entanto, ela relata ter sangrado por aproximadamente um mês após realizado o aborto.

Engajada e pró-descriminalização, Flora diz que a experiência a fez refletir sobre como o estado brasileiro lida com o tema.

“Eu não precisava ter passado por nada disso se aquilo fosse legal, grátis e seguro. Era só eu ir num lugar que eu poderia falar ‘vou ao médico”.

Após ter abortado, Flora foi procurada por uma amiga que precisava da mesma ajuda que ela precisou quando descobriu estar grávida. Sem pensar duas vezes, se prontificou a ajudar a colega.

“Pude ajudar alguém muito importante para mim também. Eu vou tentar fazer de tudo para ajudar, porque agora que eu passei por isso, a gente sabe como é o medo, porque, para mim, eu ia terminar ensanguentada na maca do médico”.

A falha médica...

Meses antes de engravidar, Flora havia procurado uma ginecologista para a indicação de um método contraceptivo. Ciente de que não queria uma gravidez tão cedo, Flora pediu a profissional que a indicasse para a inserção do Dispositivo Intrauterino, o DIU.

Avaliado como um dos métodos mais eficientes e de longa duração, o DIU é um ótimo aliado para mulheres que não querem engravidar por um longo período.

No entanto, a médica, a quem Flora obteve acesso graças ao convênio de seu pai, ironizou a escolha da jovem pela inserção do dispositivo.

“Ouvi da ginecologista que isso era besteira, que naquela idade não tinha o porquê de colocar o DIU”

Como alternativa, Flora ainda propôs o adesivo concepcional. A médica novamente dispensou a sugestão.

“Adesivo é muito feio, você vai estar transando, o cara vai olhar o adesivo e vai pensar o quê?”

Flora explicou que não tinha boas experiências com anticoncepcionais orais, a médica, despreocupada, não deu uma alternativa concreta para a jovem.

De ali em diante, a proteção dela durante as relações sexuais com o parceiro se deu com o uso do preservativo masculino. A gravidez indesejada de Flora, que resultou no aborto clandestino, se deu pela falha do preservativo masculino.

A criminalização

No Brasil, a lei abre espaço para a realização do aborto em três casos – gravidez decorrente de um estupro; risco à vida da gestante e anencefalia do feto –, mesmo assim, há movimentos conservadores que tentam restringir ainda mais esse acesso.

Em junho de 2022, o caso de uma menina de 11 anos ganhou destaque na mídia nacional. Grávida decorrente de um estupro, a criança foi coagida por uma juíza a não realizar o procedimento. A mãe da menina lutava para que ela conseguisse realizar o aborto legal.

Mesmo tendo respaldo do código penal, grupos religiosos se movimentaram para que o procedimento fosse impedido.

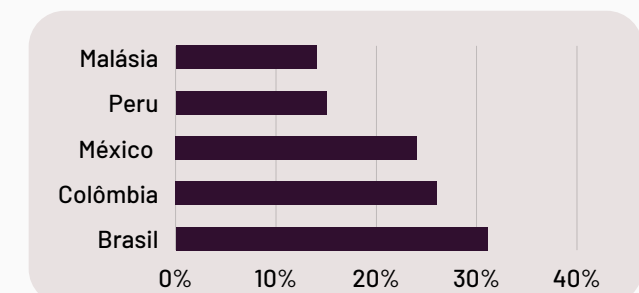
O advogado criminalista João Dionísio reflete a influência religiosa nas questões do aborto no Brasil, um país que, segundo a constituição, é laico.

“O Estado laico é o Estado que, de certa forma, não se intromete nas questões religiosas, a princípio, o Estado seria imparcial. No entanto, ao analisarmos o Estado na democracia que vivemos, ele é composto por sessões, partidos, grupos e ideologias. Então a laicidade é algo utópico, o Estado responde às expectativas de seus membros”.

“Hoje temos a ideologia de direita, com forte embasamento religioso, em principal, os evangélicos. Então a tendência é não aprovar determinadas propostas”, aponta o advogado, que não prevê uma flexibilização em breve.

Opinião pública

Segundo a pesquisa internacional da Ipsos, ao perguntar ‘o aborto deve ser permitido sempre que uma mulher assim o desejar’, apenas 31% dos brasileiros respondem ‘sim’. A porcentagem faz com que o país se torne o 5º país menos favorável à legalização total do aborto em um grupo de 27 países analisados pela ‘Global Views on Abortion’, em 2020.



Reprodução

Reprodução



Reprodução

Encontro de gerações

No final de 2021, Flora, que tinha se afastado da mãe por divergências pessoais, achou estar na hora de resolver a intriga. Ela e a mãe sempre foram unidas, apesar do afastamento, ela a amava e sentia saudades.

Com a flexibilização da pandemia, Flora convidou a mãe para um jantar. Comidas gostosas, um vinho e o entardecer aconchegante de um sábado. Assim, ela pensou ser o melhor cenário para conversar sobre o tempo em que estiveram distantes.

Foi durante a conversa, que Flora, de frente a mãe desabou. Mesmo com o medo do julgamento, ela procurou no colo materno o apoio que precisava. Ela revelou que havia realizado um aborto meses antes.

Foi então, que Flora se surpreendeu quando a mãe tocou-lhe a mão e disse:

“Eu também fiz”.

A mãe de Flora engravidou em 2018 e decidiu não levar a gestação adiante. O método utilizado para interromper a gravidez foi o mesmo que a filha usou anos depois, o misoprostol, o ‘cytotec’.

Aliviada pelo apoio, Flora ficou chateada por não ter estado ao lado da mãe durante esse momento.

“A gente morava juntas, eu poderia ter ajudado, eu poderia ter ajudado a ir ao médico se ela precisasse, eu poderia ter pelo menos ficado do lado dela. Mas ela não quis contar”.

A história de Flora e sua mãe pode parecer raridade, mas não é. Segundo dados da Pesquisa Nacional de Aborto (PNA), realizada em 2016 pelo Anis Instituto de Bioética e pela Universidade de Brasília (UnB), 20% das mulheres terão feito ao menos um aborto ilegal ao final da vida reprodutiva. Sendo assim, uma em cada cinco mulheres terão abortado ao menos uma vez até os 40 anos.

**"20 em
cada 100
mulheres
terão feito
ao menos
um aborto
ilegal até
os 40
anos..."**

